

08/12/2009

## **Servidores do Legislativo conseguem avanços após manifestações**

Lívia Francez

Depois de protestos e paralisações, os servidores da Assembleia Legislativa conseguiram a aprovação da incorporação salarial de 11,98%, decorrente das perdas salariais na ocasião da migração da Unidade Real de Valor (URV) para o Plano Real. O reajuste deve ser incorporado depois do trânsito em julgado da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo no Estado (Sindilegis), Leandro Machado, a informação que se tem é de que o processo já está superado no STF e os servidores esperam que a reposição seja incorporada ainda no mês de dezembro. “Seria como um presente de Natal para os servidores”, diz Leandro.

O servidor aponta ainda para a importância da elaboração do Plano de Cargos e Salários, que deve ser apresentado até abril do próximo ano, além da definição da data-base da categoria para o mês de maio, sendo março em anos eleitorais. Ele explica que os avanços servem para restabelecer a dignidade perdida pelos servidores do legislativo.

Para solucionar o impasse entre servidores e a Casa, foi criada uma Comissão Paritária que tem a participação de membros do Sindilegis e conseguiu os avanços para a categoria.

O presidente do Sindilegis acrescenta que os servidores do legislativo lutam há muito tempo para reverter a discriminação com a categoria. Ele explica que durante anos os abonos, reajustes e vencimentos praticados entre os três poderes têm sido díspares, mas no momento a situação está voltando à normalidade.

Ele cita como exemplo o abono de R\$ 1.000 concedido aos servidores dos três poderes, que em outros anos seria menor. Ele diz ainda que, enquanto houver isonomia entre os três poderes, os servidores aceitam os abonos “O que não aceitamos é que haja discriminação com os servidores do legislativo novamente”.